Porto Sudeste Royalties Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura
CNPJ nº 20.082.573/0001-19

(Administrado pela BRL TRUST Investimentos Ltda. CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administradora às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Cotistas e a Administradora do
Porto Sudeste Royalties Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Porto Sudeste Royalties Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Porto Sudeste Royalties Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes Todos os direitos reservados

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 4.ii, o Fundo possui investimentos em títulos de remuneração variável de emissão da Porto Sudeste do Brasil S.A.(“Companhia”), que representam 99,84% do Patrimônio Líquido do Fundo. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia apresentou relatório de auditoria emitido sem ressalvas porém com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da companhia em decorrência da dependência do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações gerem caixa suficiente para manutenção de suas atividades operacionais. Por tratar-se do único investimento do Fundo, identificamos a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Fundo, essas demonstrações foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os planos da administração da companhia não atinjam os resultados esperados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em títulos de remuneração variável baseado em royalties

(Conforme Nota Explicativa nº 4, Títulos e Valores Mobiliários)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, o Fundo concentra seus investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão de companhia de capital fechado denominados de PORT11, os quais foram avaliados por empresa independente especializada e aprovada pela Administradora. Os títulos estão avaliados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 809.368 mil, equivalente a 99,84% de seu Patrimônio Líquido. Devido a relevância dos investimentos, a existência e valorização destes, foram tratados como assuntos significativos para fins de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: **(i)** conciliação contábil da carteira; **(ii)** comparação das quantidades de títulos PORT11 detidos pelo Fundo com o respectivo livro de registro de escrituração; **(iii)** envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas para revisão dos cálculos e principais premissas utilizadas pelo avaliador independente contratado pela Administradora do Fundo para determinar os montantes do ajuste ao valor justo reconhecidos nas demonstrações contábeis; **(iv)** avaliamos a suficiência dos procedimentos de auditoria realizados por outros auditores e não obstante, revisamos os papéis de trabalho dos mesmos avaliando a razoabilidade das conclusões obtidas no contexto das normas brasileiras de auditoria (NBC TA 600) sobre as demonstrações contábeis da companhia emissora dos títulos PORT 11; e, **(v)** teste de aderência entre as informações registradas e as informações contábeis registradas e divulgadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os procedimentos efetuados para avaliação dos investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão de companhia fechada em 31 de dezembro de 2020 são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administradora sobre as demonstrações contábeis

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de maio de 2021.

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2021 Grant Thornton Auditores Independentes Todos os direitos reservados

PORTO SUDESTE ROYALTIES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA
(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.)
(CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstração da posição financeira

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Aplicações / especificações	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Quantidades	Mercado / Realização	% sobre PL	Quantidades	Mercado / Realização	% sobre PL
Ativo circulante						
Disponibilidades		**1**	**0,00%**		**2**	**0,00%**
Depósitos bancários - Itaú Unibanco S.A.		1	0,00%		2	0,00%
Títulos e valores mobiliários						
Cotas de fundos de investimentos	**29.942,357619**	**1.463**	**0,18%**	**84,046**	**169**	**0,03%**
Itaú Soberano RF Referenciado DI LP FICFI	29.941,799461	1.462	0,18%	-	-	0,00%
FI BRL Referenciado DI Longo Prazo	0,55815797	1	0,00%	84,045906	169	0,03%
Ativo não circulante						
Títulos de renda variável						
Títulos de emissão de companhias fechadas	**969.699.182**	**809.368**	**99,84%**	**969.699.182**	**544.608**	**100,00%**
Porto Sudeste do Brasil S.A.	969.699.182	809.368	99,84%	969.699.182	544.608	100,00%
Total do ativo		**810.832**	**100,02%**		**544.779**	**100,03%**
Outras obrigações		**135**	**0,02%**		**168**	**0,03%**
Taxa de administração		58	0,01%		118	0,02%
Auditoria e custódia		77	0,01%		50	0,01%
Total do passivo		**135**	**0,02%**		**168**	**0,03%**
Patrimônio líquido		**810.697**	**100,00%**		**544.611**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio liquido		**810.832**	**100,02%**		**544.779**	**100,03%**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO SUDESTE ROYALTIES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.)
(CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstração do resultado do exercicio

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Composição do resultado do exercício	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ações de companhia fechada	**264.760**	**256.274**
Ajuste a valor justo	264.760	256.274
Cotas de fundos de investimentos	**3**	**32**
Desvalorização com fundos de investimentos	3	32
Demais despesas	**(1.065)**	**(898)**
Taxa de administração	(626)	(664)
Auditoria e custódia	(208)	(83)
Despesa com advogados	(80)	(55)
Taxa de fiscalização CVM	(53)	(27)
Despesa diversas	(98)	(29)
Consultoria e assessoria	-	(40)
Resultado do exercício	**263.698**	**255.408**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO SUDESTE ROYALTIES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA
(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.)
(CNPJ nº 23.025.053/0001-62)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	**263.698**	**255.408**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**263.698**	**255.408**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO SUDESTE ROYALTIES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA
(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.)
(CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores em milhares de reais)

	Cotas integralizadas	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**45.934**	**243.269**	**289.203**
Resultado do exercício	-	255.408	255.408
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**45.934**	**498.677**	**544.611**
Integralizações de cotas	2.388	-	2.388
Resultado do exercício	-	263.698	263.698
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**48.322**	**762.375**	**810.697**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO SUDESTE ROYALTIES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(Administrado pela BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.)
(CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstração do fluxo de caixa - método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Pagamentos de taxa de administração	(686)	(606)
Pagamentos de auditoria e custódia	(181)	(101)
Pagamentos de consulta com advogados	(80)	(55)
Pagamentos de taxa de fiscalização CVM	(53)	(36)
Pagamentos de assessoria e consultoria	-	(40)
Pagamentos diversos	(98)	(33)
Caixa líquido nas atividades operacionais	**(1.098)**	**(871)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em cotas de fundos de investimento	(1.616)	-
Resgates de cotas de fundos de investimento	325	872
Caixa líquido gerados pelas atividades de investimentos	**(1.291)**	**872**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralizações de cotas	2.388	-
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	**2.388**	**-**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	2
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**1**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Porto Sudeste Royalties Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

(CNPJ: 20.082.573/0001-19)

(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda.)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Porto Sudeste Royalties Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo") foi constituído em 21 de outubro de 2014 e iniciou suas atividades em 18 de dezembro de 2014, sob a forma de condomínio fechado. O Fundo tem prazo de duração de 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira integralização de cotas, sendo que tal período pode ser estendido mediante aprovação em assembleia geral.

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, assim considerados nos termos do artigo 9-B da Instrução CVM n.º 539/13 e da Instrução CVM n.º 476/09, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil ou no exterior.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rendimentos por meio da aquisição de títulos de renda variável conversíveis em ações (PORT11), emitidas pela companhia Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste") observadas as regras sobre formação e composição da carteira presentes no regulamento do Fundo. Os PORT11 foram emitidos no contexto da operação de investimento e reestruturação de dívida da Porto Sudeste do Brasil S.A., com o objetivo de viabilizar a conclusão das obras de construção do terminal portuário.

Em consonância aos critérios não objetivos dos artigos 4º e 5º da Instrução CVM nº 579/16, a administradora do Fundo concluiu que o Fundo está classificado como entidade de investimento considerando que: (i) O Fundo possui mais de um cotista; (ii) O Fundo obtém recursos de cotistas com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento; (iii) O Fundo assume o compromisso de investir os recursos com o propósito de proporcionar rendimentos aos seus cotistas; (iv) O Fundo avalia seus investimentos anualmente a valor justo, sendo a avaliação realizada por empresa terceirizada especializada independente contratada pela administradora, em nome do Fundo, para confecção de laudo de avaliação e (v) O Fundo possui, em seu regulamento, definição das estratégias de forma objetiva e clara a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição da gestora de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do administrador, do gestor ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente nas Instruções CVM nº 578 e 579, bem como demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

Aprovação das demonstrações contábeis

Em 27 de maio de 2021, as demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administradora do Fundo.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

Cotas de fundo de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pela administradora do fundo onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundos de investimento estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício em “Rendas de aplicações em fundos de investimentos”.

Títulos de remuneração variável baseado em royalties

Os PORT11 foram avaliados pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada que venha a ser indicada pelo gestor e contratada pelo Fundo ou, se aplicável, pelo seu valor de mercado, desde que esses títulos sejam negociados e seja possível calcular o valor médio de negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos 12 meses imediatamente anteriores ao respectivo cálculo.

Os títulos de renda variável conversíveis em ações sem cotação no mercado foram avaliados através de análise econômico-financeira realizada por empresa independente e aprovada pelo administrador.

Entidade de investimento

O Fundo passou a ser reconhecido como entidade de investimento e seus investimentos devem ser avaliados a valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e de mensuração do valor justo.

São qualificados como entidades de investimento os fundos que, cumulativamente:

I – obtenham recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve possuir plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;

II – se comprometam com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

III – substancialmente mensurem e avaliem o desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e

IV – definam nos seus regulamentos estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento, assim como a atribuição do gestor de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido na estratégia, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que o administrador do Fundo efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como valor justo dos títulos e valores mobiliários. Os valores de eventual liquidação destes ativos podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

i) Cotas de fundos de investimento

O Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo tem por objetivo buscar acompanhar a variação do certificado de depósito interbancário (CDI), de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos componentes de sua carteira estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro.

O Itaú Soberano Renda Fixa Simples Longo Prazo Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento tem como objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados com “renda fixa”, os quais apliquem no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de sua carteira aplicada em: (i) títulos públicos federais, (ii) títulos privados de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira, cuja classificação de risco seja, no mínimo, equivalente às atribuídas aos títulos públicos federais ou (iii) operações compromissadas lastreadas em: (a) título público federal (b) títulos de responsabilidade, emissão ou coobrigação de instituição financeira, desde que a contraparte possua classificação de riscos equivalente àquela atribuída

aos títulos da dívida pública federal, observado que a rentabilidade do fundo é impactada pelos custos e despesas do fundo, inclusive taxa de administração.

	2020		2019	
Cotas de Fundos de Investimentos	**Quantidades**	**Valor**	**Quantidades**	**Valor**
Itaú Soberano RF Referenciado DI LP FICFI	29.941,799461	1.462	-	-
FI BRL Referenciado DI Longo Prazo	0,558158	1	84,045906	169
Total	**29.942,357619**	**1.463**	**84,045906**	**169**

No exercício foram apropriadas receitas no montante de R$ 3, registrada na rubrica “Valorização com fundos de investimentos” (receitas de R$ 32 em 2019).

ii) Títulos de remuneração variável baseado em royalties

O Fundo é detentor de 969.699.182 títulos da PORT11, com as seguintes características:

Escrituração

A escrituração dos títulos PORT11 foi feita em livro de escrituração da Porto Sudeste que é responsável por efetuar a escrituração, a transferência dos títulos PORT11, operacionalizar o pagamento e a liquidação dos royalties e de quaisquer outros valores devidos relacionados aos títulos PORT11.

Forma

Os títulos PORT11 são nominativos, escriturais e conversíveis.

Conversibilidade

Por um período de 12 meses contados a partir do quinto aniversário da data de emissão, os detentores dos títulos PORT11 poderão, caso aprovado pela unanimidade dos detentores dos títulos PORT11, optar por converter a totalidade dos títulos PORT11 em ações ordinárias de emissão do Porto Sudeste por uma quantidade total de ações equivalente a 5% do capital social total do Porto Sudeste.

As ações emitidas e entregues aos detentores dos títulos PORT11, em decorrência da conversão de tais títulos PORT11, terão os mesmos direitos e privilégios das ações de emissão da Porto Sudeste então existentes, incluindo o direito de receber integralmente dividendos e outras distribuições a serem realizadas pela Porto Sudeste.

Vencimento

Os títulos PORT11 se tornarão vencidos apenas na ocorrência de um dos eventos de inadimplemento dos títulos PORT11. Sujeito aos termos e condições estabelecidos na escritura de PORT11, caso ocorra um evento de inadimplemento dos títulos PORT11, a Porto Sudeste irá proceder à recompra dos títulos PORT11 por um valor total equivalente à soma do valor de vencimento dos títulos PORT11 e quaisquer royalties devidos e ainda não pagos até a data do evento de inadimplemento dos títulos PORT11.

Na ocorrência de qualquer evento de inadimplemento dos títulos PORT11, a Porto Sudeste deve, no prazo de 30 dias seguidos da entrega de notificação à Porto Sudeste por qualquer detentor de títulos PORT11 atestando a ocorrência do respectivo evento de inadimplemento dos PORT11, convocar uma assembleia geral de detentores de títulos PORT11 para deliberar sobre o vencimento dos títulos PORT11, observado que tal vencimento somente poderá ser renunciado caso assim seja deliberado por detentores de títulos PORT11 representantes de, no mínimo, 75% dos títulos PORT11 em circulação.

Pelo prazo em que as obrigações da emissora em relação à dívida sênior permanecer em aberto, os detentores dos títulos PORT11 não poderão decretar o vencimento antecipado dos títulos PORT11 após a ocorrência de um evento de inadimplemento dos PORT11. Nesse caso, a Porto Sudeste não poderá efetuar distribuição de dividendos ou de outros valores a seus acionistas, e continuará integralmente obrigada a efetuar os pagamentos devidos nos termos das cláusulas 5.2 e 5.2 (iii) da escritura de PORT11.

Remuneração

Os títulos PORT11 fazem jus, desde 1º de janeiro de 2013, a uma remuneração variável trimestral conforme estabelecido neste item e na cláusula 5.2 da escritura de PORT11, sendo certo que, em todo e qualquer trimestre, os pagamentos foram limitados ao valor do caixa disponível para royalties.

Os royalties devidos com relação a cada trimestre civil foram determinados por meio da multiplicação da tonelagem métrica de minério de ferro (“tonelagem medida de minério de ferro”)

e da tonelagem métrica de outras cargas (exceto cargas não secas tais como atividades de abastecimento) ("tonelagem medida de outras cargas"), embarcadas, conforme registrado nos conhecimentos de embarque aplicáveis, no terminal portuário durante o respectivo trimestre civil, pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve pagamento de remuneração aos detentores dos títulos PORT11.

Condições de pagamento

Todos os pagamentos a serem realizados aos detentores dos títulos PORT11 de acordo com a escritura de PORT11 foram efetuados pela Porto Sudeste. Caso a data de pagamento de royalties caia em um dia que não seja um dia útil, tal data de pagamento deve ser automaticamente prorrogada até o primeiro dia útil subsequente à referida data de pagamento, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos.

O não pagamento de quaisquer valores devidos nos termos da escritura de PORT11 está sujeito a juros de 1% ao mês sobre o valor de royalties efetivamente apurados que for devido e estiver em atraso, calculados por dia de forma pro rata temporis.

Garantia

Os títulos PORT11 são da espécie quirografária, não possuindo quaisquer garantias ou preferências.

Avaliação dos títulos

Em 31 de dezembro de 2020 a administradora do Fundo, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 578 de 30 de agosto de 2016, realizou a precificação dos títulos de remuneração variável baseada em royalties de emissão da Porto Sudeste (PORT11) na carteira do Fundo pelo seu valor justo, com base em laudo de avaliação independente emitido pela UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes S.S. ("UHY") datado de 1° de março de 2021 que tomou como base a expectativa futura de distribuição dos royalties ao longo do prazo.

As principais premissas utilizadas para valorização dos títulos são:

- Taxa livre de risco: 1,99%
- Risco soberano: 2,84%
- Prêmio de risco de mercado: 6,43%
- Prêmio de risco específico: 3,67

Dessa forma, o valor justo correspondente aos títulos PORT11 em 31 de dezembro de 2020, registrado na carteira, foi no montante de R$ 809.368 (2019 R$ 544.608).

Movimentação ocorrida no exercício

	Saldos iniciais	Ajuste a valor justo	Saldos final	% sobre o investimento
Exercício 2020	544.608	264.760	809.368	98,60%
Exercício 2019	288.334	256.274	544.608	98,60%

Informações sobre a companhia

A Porto Sudeste foi constituída em 07 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal ou o “Porto Sudeste”).

A companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto Sudeste”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda. foi transformada em uma sociedade organizada por ações e agora passa a ser denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A., tendo ocorrido em 02 de outubro de 2017.

O terminal tem capacidade inicial para movimentar 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, com capacidade de expansão de até 100 milhões de toneladas ao ano.

As demonstrações contábeis da companhia relativas à data-base de 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 19 de março de 2021, sem ressalva e com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da companhia em função da Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicava que, em 31 de dezembro de 2020, a companhia

apresentava seu passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado em R$ 377.406, e prejuízos acumulados consolidados de R$ 3.623.810 mil no exercício findo nessa data. Esta nota indica também que a companhia e suas controladas iniciaram suas operações em janeiro de 2016 e ainda dependem de suporte financeiro para manutenção de suas atividades operacionais.

Reestruturação e mudança do acionista controlador

Em fevereiro de 2014, nos termos dos contratos definitivos celebrados entre a MMX Mineração e Metálicos S.A. ("MMX Mineração") e os investidores Eike Fuhrken Batista, Trafigura Pte. Ltda. e Mubadala Development Company PJSC, por meio de suas respectivas afiliadas, IWL Holdings (Luxembourg) S.à.r.l. ("Trafigura") e EAV Lux 2 S.à.r.l. ("Mubadala"), foi concluída a operação de investimento conjunto de Trafigura e de Mubadala, por meio de investidas no Brasil, por meio da qual a Trafigura e Mubadala adquiriram o controle compartilhado da companhia. Na data de conclusão da transação a Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital na companhia no valor de US$ 400 milhões. Ainda como parte do acordo, a Porto Sudeste assumiu: (i) a totalidade da dívida bancária da MMX Sudeste Mineração S.A. (subsidiária da MMX), no valor de R$ 1.300.000; e (ii) as obrigações decorrentes dos títulos de remuneração baseadas em royalties de Emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A., firmado em 15 de abril de 2011, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 855724, em sessão de 18 de abril de 2011, conforme alterado em 03 de dezembro de 2011, registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 951150, em sessão de 10 de dezembro de 2013 ("MMXM11")

Com a referida Transação, a Porto Sudeste passou a contar com os recursos necessários para concluir a construção do Terminal Portuário e os negócios de mineração da MMX Mineração ficaram essencialmente livres de dívidas. No entanto, os detentores dos Títulos MMXM11 continuavam diretamente vinculados à MMX Mineração, na qualidade de emissora dos títulos MMXM11, enquanto que o controle do Terminal Portuário (ativo aos quais os Títulos MMXM11 estão atrelados) já havia sido transferido para Trafigura e Mubadala, através do PSA FIP. Para permitir que a Porto Sudeste efetivamente assumisse as obrigações de pagamento decorrentes dos títulos MMXM11, idealizou-se realizar uma operação ("Operação") que, em linhas gerais, permitiria aos titulares dos Títulos MMXM11 deter, direta ou indiretamente, os títulos PORT11.

Os títulos de PORT11 foram originalmente emitidos pela Paderborn RJ Participações S.A. (sociedade posteriormente incorporada pela Porto Sudeste) ("Paderborn"), nos termos da Escritura Particular de Emissão de Títulos de Remuneração Variável Conversíveis em Ações, firmada em 26 de fevereiro de 2014, registrada no 2° Cartório de Títulos e Documentos da Cidade

do Rio de Janeiro, sob o nº 1.048.079, em sessão de 12 de março de 2014, conforme alterado em 30 de maio de 2014, registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 919.134, em sessão de 10 de junho de 2014.

Tendo em vista que a Porto Sudeste é uma companhia fechada e seus acionistas, à época, não tinham interesse em solicitar o seu registro de companhia aberta, bem como visando a garantir aos investidores o mais alto nível de governança em relação aos títulos PORT11, foi constituído o Fundo. Após a implementação da operação, o Fundo tornou-se o detentor da maioria absoluta dos títulos PORT11 em circulação e emitidos pela Paderborn em 26 de fevereiro de 2014, na quantidade de 983.407.010. Na mesma data a incorporação da Paderborn pela Porto Sudeste foi aprovada nas assembleias gerais extraordinárias da Paderborn e da Porto Sudeste, passando a Porto Sudeste a figurar como sucessora de todos os direitos e obrigações da Paderborn, incluindo na qualidade de emissora dos títulos PORT11.

Em 13 de fevereiro de 2015, foi deliberado o grupamento da quantidade de PORT11, na proporção de 0,9748 ações para 1,0000 ação, com o Fundo passando a deter a quantidade 958.645.249 de ações da PORT11.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 2.702.733 títulos de royalties através de permuta de títulos PORT11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o Fundo e após essa transferência a Porto Sudeste passou a deter um total de 969.699.182 ações da PORT11.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos PORT11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o Fundo e após essa transferência a Porto Sudeste passou a deter um total de 966.699.182 ações da PORT11.

5. Gerenciamento de riscos

Os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação da companhia investida.

Os recursos que constam da carteira e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira;

Risco de liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o administrador e/ou o gestor, conforme o caso, poderão encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o administrador e/ou o gestor a aceitarem descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar as amortizações e os resgates aos cotistas, nos termos do regulamento do Fundo.

Risco de mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos integrantes da carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Essas oscilações de preço podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas;

Risco de concentração: o Fundo deve investir em títulos PORT11 emitidos pelo Porto Sudeste do Brasil S.A. e poderá, ainda, investir em valores mobiliários adicionais e outros ativos, sendo que os ativos integrantes da carteira poderão ser de emissão de um único emissor, de forma que não são observados quaisquer critérios de concentração e/ou diversificação dos ativos integrantes da carteira. Em caso de concentração da carteira em um único emissor, os resultados do Fundo dependerão integralmente dos resultados atingidos pela companhia emissora dos títulos PORT11, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos cotistas;

Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental: o Fundo também pode estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador e/ou do gestor, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o

mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas. Tais eventos podem resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. O Fundo desenvolve suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm afetado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar o Fundo e os cotistas de forma negativa;

Amortização e/ou resgate de cotas em PORT11, valores mobiliários adicionais ou outros ativos: O regulamento estabelece situações em que as cotas poderiam ser amortizadas ou resgatadas mediante a entrega, em pagamento, de títulos PORT11 e valores mobiliários Adicionais integrantes da carteira. Nessas hipóteses, os cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar os títulos PORT11 ou valores mobiliários Adicionais eventualmente recebidos do Fundo;

Risco relacionado ao resgate e à liquidez das cotas: o Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas cotas a qualquer momento. A amortização das cotas será realizada na medida em que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, nos termos do regulamento, ou na data de liquidação do Fundo. Além disso, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento é muito pouco desenvolvido no Brasil, havendo o risco para os cotistas que queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, de não conseguir negociar suas cotas em mercado secundário em função do potencial ausência de compradores interessados. Assim, em razão da baixa liquidez das cotas, os cotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas;

Riscos relacionados à companhia investida:

a) Por ser uma aplicação caracterizada pelo investimento na companhia investida, todos os riscos operacionais que a companhia Investida incorrer, no decorrer da existência do Fundo, são também riscos operacionais do Fundo, uma vez que o desempenho deste decorre do resultado obtido nas atividades da companhia investida.

b) Os investimentos do Fundo foram feitos em uma companhia fechada, a qual, embora tenha de adotar as práticas de governança indicadas no regulamento, não está obrigada a observar as mesmas regras aplicáveis às companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da companhia investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o Fundo e o valor das cotas.

c) A carteira do Fundo está concentrada em PORT11 da companhia investida. A capacidade da companhia investida de pagar os Royalties e os recursos financeiros líquidos ao Fundo dependerá do resultado das operações da companhia investida. Embora o Fundo tenha efetiva influência sobre a administração da companhia investida, não há garantias de (i) bom desempenho da companhia investida; (ii) solvência da companhia investida; e (iii) continuidade das atividades da companhia investida. Tais riscos, se materializados, podem afetar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos do Fundo e o valor das cotas.

d) Não obstante a diligência e o cuidado do gestor, os pagamentos dos royalties e/ou recursos financeiros líquidos pela companhia investida, podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da companhia investida, ou, ainda, de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

e) Os investimentos na companhia investida envolvem riscos relativos ao setor em que a companhia investida atua. Ainda que o desempenho da companhia investida acompanhe o desempenho de outras empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e os seus cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

f) Os resultados futuros da companhia investida estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional, muitos dos quais estão fora de controle do Fundo. Assim, a companhia investida pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso sobre o Fundo e o valor das cotas.

g) A companhia investida pode ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros. O Fundo não pode garantir que as apólices de seguro contratadas pela companhia investida para suas atividades, quando contratadas, foram suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a companhia investida ou em contratar seguros pode ter um efeito adverso

para o Fundo. Além disso, o Fundo não pode assegurar que a companhia investida será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Esses fatores podem gerar um efeito adverso sobre o Fundo e sobre o valor das cotas.

h) A companhia investida depende altamente dos serviços de pessoal técnico na execução de suas atividades. Se a companhia investida perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terão de atrair e treinar pessoal adicional para a área técnica, o qual pode não estar disponível no momento da necessidade ou, se disponível, pode ter um custo elevado para a companhia investida. Pessoal técnico vem sendo muito demandado e a companhia investida disputam esse tipo de mão de obra em um mercado global desses serviços. Oportunidades atraentes no Brasil e em outros países poderão afetar a capacidade da companhia investida de contratar ou de manter os talentos que precisam reter. Se não conseguirem atrair e manter o pessoal essencial de que precisam para expansão das operações, poderão ser incapazes de administrar os seus negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre o Fundo.

Riscos relacionados à amortização: os recursos gerados pelo Fundo foram provenientes dos Royalties e de outros rendimentos, dividendos e bonificações que sejam atribuídas aos PORT11e ao retorno do investimento na companhia investida. A capacidade do Fundo de amortizar as cotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados;

Risco de patrimônio negativo: as eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscritos, pelos cotistas, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo;

Riscos relacionados a conflitos de Interesses: o gestor realiza ou pode realizar a gestão de outros fundos de investimento em participações cuja política de investimentos é similar à política de investimentos do Fundo, aos quais poderão ser apresentadas as mesmas oportunidades de investimento apresentadas ao Fundo, simultaneamente. A apresentação de tais oportunidades de investimento ao Fundo e demais fundos de investimento em participações geridos pelo gestor poderá não observar critérios de proporcionalidade e ser realizada de forma discricionária pelo gestor, observadas as regras de investimento e governança corporativa de cada fundo. Adicionalmente, o administrador poderá ser contratado pela MMX para atuar na estruturação das ofertas secundárias para permuta, ocasião em que poderá se encontrar em situação de conflito de interesses em relação ao Fundo, seus cotistas e titulares de MMXM11 que participarem das ofertas secundárias para permuta;

Suspensão do direito de voto do cotista desenquadrado: No caso do cotista ser considerado como cotista desenquadrado, o cotista desenquadrado terá seu direito de voto suspenso, nos

termos do regulamento, devendo, ainda, providenciar a venda de suas cotas em excesso, nos termos do regulamento. Caso o cotista desenquadrado não consiga realizar a venda das cotas em excesso nos termos do regulamento, o administrador, observadas as disposições legais aplicáveis, envidará os melhores esforços, tendo em vista as circunstâncias na ocasião, com o objetivo de fazer com que o Fundo volte a cumprir com os requisitos previstos no regulamento.

Tratamento tributário: O Fundo deve ser composto de no mínimo 5 (cinco) cotistas e cada cotista não poderá deter 40% (quarenta por cento), ou mais, das cotas emitidas pelo Fundo, ou obter renda igual ou superior a 40% (quarenta por cento) da renda do Fundo. No caso do não cumprimento destes requerimentos, entre outras condições e requerimentos dispostos na Lei 11.478/07, os cotistas devem não mais estar sujeitos ao tratamento tributário, desenvolvido conforme as leis brasileiras em vigor no período da data de celebração no regulamento.

Tributação: os cotistas podem gozar de alíquota zero do imposto sobre a renda retido na fonte caso sejam cumpridos os requisitos previstos na Lei n.º 11.478/07. Não há garantia de que esse tratamento tributário é mantido no futuro pelo Governo Federal e/ou de que os requisitos previstos na Lei n.º 11.478/07 foram integralmente cumpridos, de forma a viabilizar o tratamento tributário originalmente conferido aos cotistas.

Outros riscos: o Fundo também pode estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do administrador e/ou do gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do administrador, do gestor ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

6. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Fundo é formado por cotas de classe A e classe B onde os cotistas possuem os mesmos direitos e obrigações em relação ao Fundo. O valor das cotas do Fundo é calculado diariamente pela administradora, no final do dia do mercado em que as cotas forem negociadas.

A primeira emissão do Fundo compreendeu quotas classe A e quotas classe B, que foram totalmente subscritas e integralizadas exclusivamente pela MMX. Imediatamente após o encerramento das ofertas secundárias para permuta, as quotas classe A foram detidas por

investidores qualificados que sejam detentores de MMXM11 e que tenham aderido às ofertas secundárias para permuta (exceto os Investidores EB), enquanto as quotas classe B foram detidas exclusivamente pelos investidores EB ou, na eventualidade dos Investidores EB não aderirem às ofertas secundárias para permuta, pela MMX, pelo Itaú Unibanco S.A. e/ou pelo Banco Bradesco S.A. e suas respectivas sociedades controladas, conforme definição constante da Lei 6.404/76.

As cotas de classe B podem ser convertidas em cotas de classe A, a qualquer momento, mediante deliberação em assembleia geral.

Todas as quotas atribuem iguais direitos e deveres patrimoniais, econômicos e políticos.

Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo possuía 235.959.931,29565117 cotas de classe A pelo valor de 2,20316386 e 11.666.667,000 cotas de classe B pelo valor de R$ 2,20453902 (2019 - 234.874.801,813 cotas de classe A pelo valor de R$ 2,20762618 e 11.666.667,000 cotas de classe B pelo valor de R$ 2,20901504).

7. Emissões, resgates, amortizações e negociação de cotas

Emissões

As emissões de novas cotas, após a primeira emissão, somente podem ser realizadas mediante prévia aprovação da assembleia geral, exceto pela emissão de novas cotas necessária para realização de aportes de capital no Fundo em razão do adiantamento dos valores das despesas e encargos do Fundo, conforme previsto no regulamento do Fundo, sendo que para essa hipótese, os cotistas previamente autorizam a administradora a emitir tantas cotas quanto forem necessárias para a realização dos valores devidos.

Integralização

As cotas foram integralizadas no ato da subscrição, respondendo o cotista por quaisquer prejuízos que possa acarretar ao Fundo pelo descumprimento da obrigação de integralização, nos termos previstos no boletim de subscrição e integralização de cotas, e aplicando-se, no que couber, o disposto no regulamento do Fundo. O preço de emissão, o preço de integralização e demais termos e condições aplicáveis à subscrição e integralização de novas cotas foram definidos pela assembleia geral que aprovar referida emissão, as quais devem constar do respectivo suplemento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram emitidas 1.085.129,482 cotas que totalizaram R$ 2.388 (em 31 de dezembro de 2019 não houve integralizações de cotas).

Resgate

As cotas somente são resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Amortizações

Os recursos financeiros líquidos e os royalties recebidos pelo Fundo foram utilizados na amortização de cotas, de forma proporcional à participação de cada cotista no Fundo.

Eventual amortização, parcial ou total, de cotas mediante a entrega de PORT11 somente pode ser realizada mediante aprovação pela assembleia geral, que também aprova os critérios de avaliação desses PORT11 e/ou bens e/ou direitos, conforme o caso. Para fins de amortização de cotas, é considerado o valor da cota do dia útil imediatamente anterior à data do pagamento do respectivo valor, calculado nos termos do regulamento do Fundo.

Não houve amortizações nos exercícios.

Negociação

As cotas de classe A do Fundo são registradas para distribuição e negociadas na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob código FPOR11. As cotas podem ser livremente transferidas, inclusive mediante negociação, nos mercados administrados pela B³.

Caso as cotas do Fundo sejam distribuídas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, o cotista que desejar alienar suas cotas deve respeitar os eventuais limites e condições legais e regulamentares e somente pode fazê-lo a investidores qualificados.

8. Remuneração da administradora

Pela prestação dos serviços de administração, gestão, custódia, controladoria e escrituração da emissão de suas cotas, prestados ao Fundo, o administrador recebe uma taxa de administração o valor de R$50 por mês, reajustado anualmente pelo IPCA.
A taxa de administração é devida durante todo o período em que o administrador prestar serviços ao Fundo, observados os termos e condições do regulamento, e são calculados de forma acumulada e apropriados diariamente com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis

por ano, sendo que as provisões diárias da taxa de administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi apropriada a importância de R$ 626 a título de taxa de administração (R$ 664 em 2019).

9. Contrato de prestação de serviços

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos.

Os títulos de PORT11 estão escriturados na companhia devedora dos títulos.

Os serviços de custódia, tesouraria, liquidação e escrituração das cotas do Fundo são prestados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

10. Partes relacionadas

A administradora faz jus à taxa de administração, paga mensalmente pelo Fundo, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de taxa de administração a pagar é de R$ 58 (Em 2019 R$ 118).

O Fundo possui aplicações financeiras no Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo, conforme nota explicativa nº 4 acima, o qual é administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda. empresa ligada à Administradora, representando 0,00% do patrimônio líquido do Fundo.

11. Tributação

Imposto de renda

De acordo com a Lei nº 11.312 de 27 de junho de 2006, os rendimentos auferidos pelos cotistas, no resgate ou na amortização de cotas de fundo de investimento em participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte ("IRRF"), à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate/amortização e o custo de aquisição das cotas. No caso de cotistas não-residentes no Brasil, que investem via a resolução 4.373/2014 do Banco Central do Brasil, e cumpridas as demais condições definidas na Lei, estarão sujeitos à alíquota 0% de IRRF.

Imposto sobre operações financeiras ("IOF") (Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007)

O Decreto determina a incidência de alíquota 0% nas liquidações de operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro para ingresso e retorno de recursos no País, inclusive por meio de operações simultâneas, utilizados em aplicações nos mercados financeiro e de capitais. O Decreto determina também a incidência do IOF à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate das cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto. Para os resgates efetuados a partir do 30º dia da data da aplicação, não há cobrança do IOF.

12. Distribuição de resultados

O Fundo possui duas classes de cotas, sendo uma classe de cotas A e uma classe de cotas B, que não atribuem a seus titulares direitos distintos conforme especificados no regulamento do Fundo. Sendo assim, não havendo desigualdade na alocação do resultado do Fundo entre as classes A e B, sua distribuição é realizada conforme participação e média ponderada da quantidade de cotas no exercício analisado.

Os dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios provenientes dos resultados das ações que compõem a carteira do Fundo poderão ser revertidos diretamente aos cotistas ou reinvestidos no próprio Fundo na aquisição de títulos e valores mobiliários.

13. Divulgação de informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da administradora.

14. Demandas judiciais

As demandas judiciais, classificação de risco e valores envolvidos informados pelo assessor jurídico do Fundo estão resumidas a seguir:

Riscos de perdas	Quantidades	Valores das causas	Processo
Possível	1	100	141/19

15. Encargos debitados ao fundo

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os encargos debitados ao Fundo e seus respectivos percentuais em relação ao seu patrimônio líquido médio foram:

Encargos debitados ao Fundo	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% PL Médio	Valor	% PL Médio
Despesas de serviços do sistema financeiro	**53**	**0,01%**	**27**	**0,01%**
Taxa de fiscalização CVM	53	0,01%	27	0,01%
Despesas de serviços técnicos especializados	**269**	**0,06%**	**178**	**0,06%**
Auditoria e custodia	189	0,04%	83	0,03%
Advogados	80	0,02%	55	0,02%
Consultoria e assessoria	-	0,00%	40	0,01%
Despesas de taxa de administração	**626**	**0,14%**	**664**	**0,23%**
Taxa de administração	626	0,14%	664	0,23%
Outras despesas administrativas	**98**	**0,02%**	**29**	**0,01%**
Diversos	98	0,02%	29	0,01%
Total	**1.065**	**0,24%**	**898**	**0,31%**

Patrimônio Líquido Médio de 2020 é de R$ 439.119 (R$ 287.665 em 2019).

16. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento as Instruções CVM nº 381/14 e 579/16, o Administrador informa que o Fundo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis, não tendo, a referida empresa, prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

17. Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal das classes de cotas nos encerramentos dos exercícios estão demonstrados como segue:

Informações referentes aos exercícios		
	31/12/2020	**31/12/2019**
Rentabilidade do Fundo %	179,94%	653,26%
Patrimônio líquido médio R$/mil	439.119	287.665
Valor da cota	3,27386611	2,2090060

exercícios	**Classe A**		**Classe B**		**Patrimônio Líquido**
	Valor da cota	**Rentabilidade exercício %**	**Valor da cota**	**Rentabilidade exercício %**	**Médio exercício R$ mil**
31/12/2019	3,273866		2,2090150	180,15%	418.004
31/12/2020	3.272491	88,61%	2,203163	179,96%	20.793

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

18. Instrumentos financeiros e derivativos

O Fundo não realiza operações em mercado de derivativos, bem como não realiza operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

19. Alterações estatutárias

Conforme assembleia geral de cotista realizada em 30 de novembro de 2020 foi deliberado a aprovação do parecer independente e das demonstrações contábeis com exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e emissão de novas cotas do Fundo conforme abaixo

- Montante de emissão – R$ 2.387
- Quantidade de cotas Classe A – mínimo 1 e máximo 1.085.000
- Preço de emissão – R$ 2,20

20. Outros assuntos

A administradora do Fundo, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, vem avaliando, em cada caso dos fundos por ela administrados, a necessidade de divulgação de fato relevante e de alterações nas projeções e estimativas relacionadas aos possíveis impactos gerados pelo COVID-19. A administradora, reforça que, segue empenhando seus melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica do Fundo e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício social do Fundo em 31 de dezembro de 2020 que requeressem ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis do exercício findo nessa mesma data.

* * *

Robson Christian H. dos Reis
Contador CRC 1SP214011/O-5

Danilo Christófaro Barbieri
Diretor responsável